

CONCLUSÕES

Parece-nos que ficou demonstrado, ao longo deste trabalho, que as disputas fronteiriças entre São Paulo e Minas Gerais foram permanentemente geradas por questões econômicas, que invariavelmente produziram problemas políticos. Somente desta forma podemos compreender as atitudes tomadas em variadas ocasiões pela administração portuguesa, referentes ao problema, quer emanassem de Lisboa ou da autoridade que a representam no Rio de Janeiro. Assim, parece-nos que a melhor maneira de entender as atitudes de Gomes Freire de Andrade, sempre contra São Paulo, não é procurar o “ódio contra São Paulo”, mas vislumbrar os interesses econômicos que ele defendia como representante da Coroa, cuja política econômica era do mais estrito controle fiscal, que seria facilitado com a concentração, dentro do possível, nas mãos de um só governo. Do mesmo modo, podemos compreender a atitude de Tomas Rubi, que traçou uma linha divisória totalmente desfavorável a São Paulo, na tentativa de manter a região aurífera dentro da sua comarca do Rio das Mortes. Portanto, mesmo no seu nascedouro, a questão dos limites entre as duas unidades políticas brasileiras, teve uma forte conotação econômica. Esta marca indelével do problema irá se fixando e até ampliando-se ao longo do tempo, quer no Brasil colonial, quer no independente, com variações evidentemente, mas sistematicamente centrada no mesmo fator, isto é, o econômico. Desta forma, podemos observar momentos diferentes, disputas aparentemente diversas, mas que apresentam sempre os interesses econômicos das populações ou dos governos, mas nem sempre estes estiveram em harmonia. Estas divergências é que motivaram movimentos como o “Devolução 55M” por nós focalizado, que pretendia uma ação política coerente com a situação econômica, isto é, a integração política da região sudoeste de Minas a São Paulo, pois do ponto de vista econômico a integração era praticamente total e não recente, justificando portanto o movimento.

Por isso, podemos encontrar nas representações feitas por habitantes do sudoeste mineiro, nos meados do séc. XIX, praticamente as mesmas razões levantadas pelo movimento da década de 1960. Assim, quando a “Folha do Povo” em edição de 24 de setembro de 1961, num artigo intitulado¹ “Vamos entregar a São Paulo o que Minas não pode agüentar com as conseqüências”, exclama: “O Sul de Minas nunca teve nada. O Sul de Minas não tem estradas, não tem escolas, não tem cumprimento das leis, não tem fiscalização de preços, enfim não tem nada. Tudo aquilo que precisamos vem de São Paulo. Belo Horizonte é apenas capital decorativa e jamais atingiremos seu comércio por falta de estradas”, está

(1) *Folha do Povo*, nº 4, ano I — S. S. do Paraíso, MG.

em outra época e de outra forma repetindo as idéias das representações de Pouso Alegre, Ouro Fino e outras cidades mineiras, feitas nos meados do séc. XIX, quando reclamavam: “O inconveniente que resulta de achar-se a sede do governo a tão grande distância... o estado de suas estradas é deplorável, a economia mesquinha por falta de vias de comunicação... as estradas não facilitam outro trânsito senão às costas das bestas...”².

Curiosamente, não encontramos no movimento da década de 1960, nenhuma alusão a estas representações, que eram desconhecidas de seus idealizadores, mas mesmo assim as repetem mais de um século depois, demonstrando que apesar da evolução geral ocorrida neste tempo, os fatores de ordem econômica continuavam a produzir os mesmos efeitos políticos, consubstanciados nas tentativas mineiras de se incorporarem politicamente a São Paulo, com quem já estavam plenamente ligados economicamente.

Outro ponto constante, nas manifestações da população do sudoeste mineiro, é a esperança ou certeza de melhor sorte com a incorporação a São Paulo. Entretanto, os anseios das populações da região serão sistematicamente bloqueadas pela ação política da administração mineira, que procura colocar o problema sempre sob o ponto de vista sentimental apelando para o regionalismo, “o acendrado sentimento mineiro” do deputado Frederico Pardini (citado anteriormente) que funcionou sempre como cortina de fumaça para acobertar a realidade econômica. Para confirmar nossa afirmativa, pudemos facilmente encontrar, em nossas pesquisas locais, quer em Poços de Caldas ou em São Sebastião do Paraíso, pessoas que ainda julgam seria ótimo pertencer a sua cidade ao Estado de São Paulo.

É também facilmente identificável, nos movimentos acima mencionados, a importância das vias de comunicação, não só nas suas eclosões, mas também na verdadeira “captura econômica” que realizaram em benefício de São Paulo. Assim a abertura das trilhas dos bandeirantes via vale do Paraíba e serra da Mantiqueira, da estrada dos Goiazes, da construção e expansão da Cia. Mogiana até o desenvolvimento da rede rodoviária asfáltica, a área do sudoeste de Minas Gerais sempre esteve ligada ao Estado de São Paulo e, nele particularmente, a cidades como Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo e outras. Esta situação ainda não se alterou fundamentalmente, apesar de já existirem ligações melhores do Sudoeste mineiro com outras regiões do Estado, pois é inegável ainda a superioridade econômica do Estado bandeirante, que evidentemente atrai muito fortemente a citada região para sua área de ação. Uma demonstração desta situação é facilmente encontrada quando observamos a frequência dos horários de ônibus, que hoje praticamente substituíram os trens nas

(2) Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, Vol. XI, pág. 780.

ligações entre as cidades da região mineira com Belo Horizonte e as cidades paulistas citadas acima. Também é possível uma verificação, neste sentido, trânsito de caminhões em direção a São Paulo ou vice-versa, pois as relações econômicas não diminuíram, apesar das fronteiras serem hoje bem conhecidas e marcadas.

Ainda do ponto de vista da influência econômica, o movimento "Devolução 55M" foi marcado até na sua não efetivação, pois que esta foi a explicação dada por alguns elementos ligados ao movimento e que puderam ser encontrados: faltou dinheiro. Na realidade por nós captada na região, faltou um suporte econômico para manobrar as bases políticas locais e fazê-las funcionarem a favor do movimento dando-lhe uma cobertura maior. É verdade que algumas Câmaras Municipais e até prefeitos chegaram a endossar o movimento, mas a máquina política, como um todo não fugiu aos padrões tradicionais de comportamento, procurando antes e acima de tudo salvaguardar, cada um, a posição já conquistada e até procurando usar o movimento como trampolim para galgar postos. É verdade que o jornalista Francisco Gonçalves não possuía recursos financeiros para arcar com a campanha e agiu dentro de um esquema estritamente político, mas que não era a norma de ação regional, onde funcionavam velhas oligarquias encasteladas no poder econômico e nas relações familiares. Desta forma, os atrativos que a passagem da região para São Paulo oferecia ao homem comum, poderia significar sérias ameaças aos mandatários locais, habituados a uma política de ligações familiares dentro do Estado mineiro e que seriam evidentemente rompidas com a anexação da região por parte de São Paulo.

Além desse problema, parece-nos que Francisco Gonçalves não avaliou corretamente as suas ligações políticas e o que bem demonstra esta afirmativa é a sua derrota, como candidato a deputado estadual e a vitória de seu sócio no jornal "Folha do Povo" e companheiro de campanha mudancista, Sr. Argemiro de Paula, como prefeito de São Sebastião do Paraíso, em 1962. Este político, que antes da eleição deu entrevista à "Manchete" e até posou para uma foto junto à divisa dos dois Estados, junto a outras pessoas, fazendo a passagem simbólica para São Paulo, depois de eleito não mais se manifestou sobre a campanha e nada fez politicamente pelo seu antigo sócio no jornal e na política, deixando-o que fosse destruído pelas oligarquias locais. Convém notar ainda que Argemiro de Paula lançou sua candidatura pelo PSP, partido de origens paulistas e isto parece ter sido feito para explorar, ainda que de maneira sutil as simpatias populares pelo "Devolução 55M". Esta afirmativa pode ser constatada pelos números da "Folha do Povo" que examinamos pois sua campanha para atingir a prefeitura de São Sebastião do Paraíso foi profusamente divulgada pelo jornal, juntamente com a campanha mudancista. Entretanto, se Argemiro de Paula conseguiu ser eleito, deu a impressão que

depois de conseguir seu intento, procurou compor-se com os velhos esquemas da política mineira, esquecendo o movimento e procurando neutralizar o antigo companheiro, para não se comprometer com o governo estadual. Assim, quando o interrogamos pessoalmente sobre as causas do fracasso do movimento, procurou resumi-las à falta de meios financeiros inclusive alegando ter prestado ajuda econômica a Francisco Gonçalves para que pudesse sobreviver após o fechamento do jornal que editava. Além disso, alegou a existência de divergências políticas entre o jornalista e um dos chefes locais do PSD, o deputado Delson Scarano, que liquidou completamente o “Devolução 55M”, pois conseguiu, inclusive o afastamento definitivo de Francisco Gonçalves da cidade, devido a uma condenação, por processo que lhe moveu por motivos particulares.

Finalmente, parece-nos que enquanto as condições econômicas não se alteraram fundamentalmente, continuaram a produzir manifestações idênticas no campo da política. Entretanto, com esta afirmativa não pretendemos considerar apenas o fator econômico como gerador destes fatos históricos, pois para eles concorreram os fatores de ordem política, social e até sentimental, pois podemos encontrar profundos laços nos vários níveis ligando o sudoeste de Minas a São Paulo.

Por outro lado, não conseguimos levantar nenhuma ligação do movimento com qualquer espécie de ideologia, pois o seu idealizador e principal articulador, provavelmente temendo envolvimento deste tipo, sempre procurou mostrar que o móvel principal de sua idéia era a sobrevivência das populações da região. Neste sentido, é comum em sua pregação rebater enérgica e constantemente as acusações de separatista, afirmando tratar-se de corrigir verdadeiros erros históricos e judiciais com a simples devolução.

Jamais concordou que seu movimento pretendesse a retomada de idéias anteriores como a da criação da Província do Sapucaí ou do Estado da Mantiqueira que seriam realmente separatistas, pois ele pretendia a devolução pura e simples, como afirma na edição de 15 de outubro de 1961, em editorial intitulado “Devolução 55M”: Nossa causa é a da sobrevivência; São Paulo nos espera, mineiros; a respeito de um projeto do deputado Jorge Carone Filho: “o projeto do deputado tem o propósito de evitar ondas separatistas. Acontece que o nosso movimento não é “separatista” e sim de “devolução”.

Julgamos assim ter existido uma coerência política no movimento e que apesar de seus dirigentes não demonstrarem em nenhum momento, orientação ideológica definida, agiram dentro de uma concepção nitidamente economicista, relegando para um segundo plano todo o

restante e, talvez por isto mesmo, tenha o movimento fracassado. Mas embora fracassado, portanto sem alcançar os objetivos tidos em mira, cremos que o movimento revestiu-se de bastante significação por refletir toda uma conjuntura histórica, social, econômica e política, mostrando o quanto as deficiências de articulação entre as várias partes do País criam situações esdrúxulas, dependentes, como não poderia deixar de ser, de interesses locais mas deixando transparecer alguma coisa de mais importante nessas preocupações que podem, muitas vezes, abalar ou pelo menos comprometer a estrutura de extensas áreas do País, e mostrando a necessidade da tomada de medidas que venham a modificá-las de maneira mais conveniente e racional, por parte dos poderes públicos.

*

*

*